

VIDAS RESSIGNIFICADAS: O PROTAGONISMO DO EDUCADOR SOCIAL EM UMA UNIDADE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO FEMININO NO DISTRITO FEDERAL

**Ressigned lives: the protagonism of the social educator in a female socio-
educational care unit in the Federal District**

Nelma Santos Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Brasil

nelma.silva@ifb.edu.br

Luísa Maria da Silva Delgado

Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Santarém, Portugal

luisa.delgado@ese.ipsantarem.pt

Maria Cristina da Silva Madeira

Instituto Federal de Brasília, Brasil

maria.madeira@ifb.edu.br

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa exploratória, que investigou as possibilidades de educação e ressocialização pautadas numa proposta pedagógica que visa a reinserção social, partindo da resignificação de valores das adolescentes em cumprimento da Medida Socioeducativa de Semiliberdade, na Unidade de Atendimento de Semiliberdade Feminina do Guará – UASFG, no Distrito Federal, a fim de contribuir para as discussões referentes às políticas públicas e às intervenções técnicas no atendimento socioeducativo voltado para adolescentes mulheres. Seu objetivo central foi compreender, por intermédio das experiências vivenciadas no cumprimento da medida, como foi efetivada a reinserção dessas adolescentes, tendo como fio condutor a Pedagogia Social, cujos fundamentos estão alicerçados na emancipação e na transformação social do indivíduo.

Palavras-chave: Adolescentes, Pedagogia Social, Reintegração Social

ABSTRACT

This article presents the results of an exploratory research, rising to a case study that has investigated the possibilities of educating and rehabilitating adopting a pedagogical approach from the Correctional Measured of Semi liberty at the Unit Care of the Female Semi liberty of Guará (UASFG), in Distrito Federal, in order to contribute for the debate related to the public policies and technical assistance adopted to female teenagers. Its main concern was to understand, through the

lived experiences resulting from the implementation of the legal measure, how these teenagers have been integrated having as a common theme the Social Pedagogy, whose foundations are underpinned in the social empowerment of the individual.

Keywords: Teenagers, Social Pedagogy, Social Rehabilitation

1 INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta reflexões acerca das possibilidades de ressocialização e reinserção social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na Unidade de Atendimento de Semiliberdade Feminina do Guará (UASFG – Distrito Federal). Assim, teve como finalidade contribuir para as discussões referentes às políticas públicas e intervenções técnicas no atendimento socioeducativo voltado para adolescentes mulheres. Percebe-se objeções em localizar trabalhos acadêmicos voltados a esse público, o que pode revelar certa invisibilidade das adolescentes e de suas especificidades durante o cumprimento da medida.

No que tange a história recente do atendimento a adolescentes infratores, cabe ressaltar quatro etapas, são elas:

1942 - 1964 - À época do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), órgão subordinado ao Ministério da Justiça, que atribuía ao Estado poder para atuar com os “menores”, reiteradamente qualificados como desamparados e delinquentes, sendo a atuação do Estado repressiva e punitiva; este serviço foi extinto em 1964.

1964 - 1990 - A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) foi criada em 1964 como órgão da Administração Indireta, ligada diretamente à Presidência da República, investida de funções normativas e responsáveis pela coordenação (apoio técnico e financeiro) da nova política de assistência ao menor em âmbito nacional. Assinala-se também o fracasso em relação à melhoria da atenção direta ao adolescente infrator.

1990 – 1995 – Com a substituição do Código de Menores pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, foi criado o Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA), visando um viés institucional e efetiva melhoria das formas de atenção direta às crianças e aos adolescentes. Por razões políticas esse órgão foi extinto, antes que pudesse completar o reordenamento das estruturas herdadas da Funabem.

A partir de 1995, foi criado o Departamento da Criança e do Adolescente (DCA), órgão integrante da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, que assumiu a coordenação da Política de Proteção e Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes com estratégias totalmente voltadas a crianças e adolescentes, vistos como possuidores de direitos e como sujeitos em condição especial de desenvolvimento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Compreender a trajetória dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil é essencial para o entendimento das normas atuais, explicitadas no (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), dos quais falaremos em seguida.

Em termos formais e legais é possível constatar que no Brasil, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a criança e o adolescente são colocados como prioridade de acordo com o artigo 227 da Constituição.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito: à vida, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária. Além de colocá-los a salvo de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Constituição Federal de 1988, art. 227).

Com o intuito de compreender as funcionalidades e os objetivos das Medidas Socioeducativas regulamentadas pela Lei 8.069 de 1990, o ECA, abordar-se-á com brevidade cada uma dessas

medidas. Vale ressaltar que as medidas são sempre designadas pelo juiz, a/ao adolescente autor/a de ato infracional, com idade entre 12 e 18 anos, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, ou serem substituídas a qualquer tempo. As medidas socioeducativas previstas no ECA, apresentam-se de forma gradativa: I) advertência: consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada. II) obrigação de reparar o dano: tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada. III) prestação de serviços à comunidade: consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho. IV) liberdade assistida: será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, a autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. V) semiliberdade: pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. E VI) internação: constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. (ECA, 1996).

Após dezesseis anos da promulgação do ECA, foi criado, em 2006, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Com isso, padronizaram-se os procedimentos jurídicos envolvendo adolescentes, que vão desde a apuração do ato infracional até a aplicação das Medidas Socioeducativas, com parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos que evitem ou limitem a discricionariedade, e reafirmem a natureza educativa e pedagógica das medidas socioeducativas. A criação do Sinase inaugura diversos parâmetros, de forma a que as unidades de atendimento socioeducativo, sejam elas de semiliberdade ou de internação, sigam com a possibilidade de atingir a eficiência na proposta de ressocialização. Acresce que o Sinase, se apresenta como um sistema integrado que articula os três níveis de governo: federal, estadual e municipal e considera a corresponsabilidade da família, da comunidade e do Estado.

Para tanto, esse sistema tem como plataforma inspiradora os acordos internacionais sobre direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, em especial na área dos direitos da criança e do adolescente.

Neste artigo damos ênfase a medida socioeducativa de semiliberdade, classificada como restritiva de direitos e como promotora de ações e gestão pedagógicas voltadas à construção de projetos de vida que contemplem a construção da cidadania.

Outro fator relevante quanto a medida posta, é que a prática educativa pode ocorrer em pequenos grupos, garantindo o atendimento personalizado, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, além da inserção na vida escolar e profissionalizante numa ação que se articula com a comunidade. A singularidade da semiliberdade como medida desafiadora à compreensão do adolescente em situação de liberdade parcial, exige esforços pedagógicos específicos, como trabalhos sociopedagógicos realizados em pequenos grupos e parcerias que ultrapassam os limites físicos das Unidades de Atendimento, tanto com instituições governamentais como com a sociedade civil de uma maneira geral.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, já as técnicas aplicadas foram: a observação direta/participante, a análise documental, as entrevistas e a análise de conteúdo. As entrevistas realizadas na comunidade socioeducativa contemplaram um grupo de vinte e cinco pessoas: treze adolescentes, uma egressa e onze profissionais. Os assuntos gerenciados pelos roteiros, foram substancialmente necessários para a compreensão da realidade anterior e posterior ao cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade.

Em síntese tencionou-se investigar as possibilidades de ressocialização e reinserção social pautada na proposta pedagógica utilizada pela Unidade de Atendimento em análise, e se as ações institucionais favoreceram o processo de ressignificação de valores, que se coaduna com as práticas freireanas¹, com foco na transformação social, processo educativo embasado nos temas geradores, ideia original de Paulo Freire tendo como objeto de estudo a educação para a consciência.

O êxito da proposta freireana é a transformação social e a capacidade de fazê-las reconhecidas como sujeitos da própria história, levando-as a conscientização de que os direitos e deveres são adquiridos por meio de processos de compartilhamentos as experiências cotidianas e não exclusivamente por meio de uma disciplina normalizadora.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Unidade Socioeducativa de Semiliberdade, localizada na região administrativa do Guará, funciona 24h por dia e possui ampla equipe técnica composta por 35 servidores no total, sendo em sua maioria atendentes de reintegração socioeducativa (ATRSs), duas assistentes sociais, duas pedagogas, uma psicóloga e duas servidoras que trabalham em atividades administrativas, uma auxiliar de serviços gerais e um segurança.

Para traçar o perfil sócio demográfico das treze adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na UASFG e de uma egressa, os dados foram coletados por meio de análise documental e de entrevistas semiestruturadas. Tais instrumentos proporcionaram a obtenção de informações individuais relativas ao início do cumprimento da medida, como renda, grupo de pessoas com as quais residiam, nível de escolaridade, ato infracional cometido, reincidência na prática de ato infracional, assim como informações adicionais sobre o cumprimento da medida socioeducativa, bem como sobre o uso ou o abuso de álcool, tabaco e substâncias psicoativas. Recolheu-se ainda informação relativa à cor e origem das adolescentes.

4.1 Cor/etnia

A categoria cor foi definida de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas, em adequação às expressões utilizadas pelas adolescentes, no intuito de observar a auto classificação. Assim, das adolescentes entrevistadas, apenas uma adolescente se declarou “branca”, as demais se autodeclararam “pretas” ou “pardas”.

4.2 Renda

Nem todas souberam dizer valores exatos e, em apenas dois casos, o montante total era estável, fruto de atividade lícita. As duas adolescentes que informaram renda de atividade ilícita consideravam-na como trabalho. Assim como identificado em outros estudos, as atividades ilícitas em particular o tráfico, foram reportadas como fonte de renda e caracterizadas como atividade laboral, que lhes permitia acender aos bens de consumo, conforme relato:

Eu vendia crack, por dia eu pegava 25 gramas e ganhava R\$ 1000,00 vendia muito rápido, era uma ótima traficante. Nessa época era eu quem sustentava a casa, tinha tudo do bom e do melhor, não faltava nada. (Natália, 2015)

4.3 Territorialidade e núcleo familiar

As adolescentes conviviam assiduamente com cinco pessoas ou mais, todas ligadas ao grupo familiar mais próximo. Das entrevistadas, apenas uma era do entorno do Distrito Federal, região composta por municípios do Estado de Goiás. As demais distribuíam-se geograficamente entre as regiões administrativas do DF, Candangolândia, Samambaia, Ceilândia e Santa Maria, sendo as três últimas RAs reconhecidas por Territórios de Vulnerabilidade Social (TEVs), onde se observam

¹ Práticas educativas com foco no processo humano, social, político, ético, histórico e cultural.

altos índices de criminalidade, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, conforme relato:

Eu mudei porque minhas amigas lá na Ceilândia, eram cabulosas, agora tô longe e isso acaba me ajudando, porque quando eu morava lá, todo dinheiro que eu pegava era para comprar um baseado. (Lara)

Cabe também ressaltar, nesse contexto, as questões familiares pois, as relações eram precárias com laços parentais fragilizados, conforme relato abaixo:

Pra você ver, na semana passada eu fui a escola e bebi muito porque estava revoltada com minha mãe, ela é alcoólatra e usuária de crack e fica agredindo o meu pai, ele tem problema de saúde, já teve dois AVCs (acidente cardiovascular), ela maltrata muito ele, me estressei nesse dia e fui buscar refúgio na bebida. (Natália)

4.4 Nível de Escolaridade

O nível de escolaridade das inquiridas era baixo e apresentavam defasagem em relação a idade/série, dado não destoante das outras pesquisas sobre adolescentes autoras de ato infracional.

4.5 Uso de álcool, tabaco e substâncias psicoativas

Frequentemente destaca-se a relação entre as adolescentes infratoras e o uso de álcool, tabaco e substâncias psicoativas, pois o vício fomenta a prática de atos infracionais. Segundo a pesquisa de campo realizada, todas as adolescentes relataram já terem tido experiências com cocaína, crack, lança-perfume, ecstasy, maconha e Rophynol, sendo estas duas últimas muito comuns e utilizadas juntas, segundo relato de adolescente:

É comum o uso da maconha com Rophynol, pela molecada, a gente faz isso porque o efeito é louco, igual ao da cocaína. Mas a cocaína é muito cara, droga de quem tem dinheiro, daí a gente mistura e fica muito bom. (Natália)

4.6 Ações violentas

No caso desse grupo de adolescentes pesquisadas, observou-se ainda a ocorrência de lesões corporais consideradas frequentes, o que impressionou pelo grau de violência empregada, conforme relato:

Estou cumprindo medida por ter consumado um homicídio. (Elaine)

Nesse contexto, a mulher quando pratica ações violentas, sofre dupla discriminação pelo ato cometido, tanto no âmbito das relações sociais cotidianas, quanto no contexto socioeducativo. “Ao se vincular na seara criminal, a mulher se insere em espaço social amplo, rompendo as rotinas ditadas pela sociedade, bem como desmistificando algumas questões como o entendimento em que as mulheres só se envolvem na seara criminal por influência de seus companheiros, fato que em campo, por meio das entrevistas se desconstruiu.” (Almeida, 2001)

Dentre várias singularidades presentes nas histórias das adolescentes infratoras, a participação feminina em atos violentos como lesão corporal e até homicídios impressiona, pois configura como ação que, de certa forma, contraria os sentidos e os atributos de gênero produzidos socialmente para mulheres.

4.7 Semiliberdade e processos de mudanças

Uma das adolescentes, relata como sua concepção de mundo e as suas atitudes estavam se transformando:

Estou seguindo outros caminhos, não quero saber da vida que eu tive. Uma vida pesada, perigosa, sofrida. Já sofri muito, quase morri de tiro várias vezes. Eu já mudei demais, me sinto mais gente, uma adolescente com a vida quase normal. (Elaine)

Assim, espera-se ao final do cumprimento da medida de semiliberdade, que a socioeducanda seja uma cidadã, como afirma o Sinase (2006, p. 51), “[...] o/a adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um/a cidadão/ã autônomo/a e solidário/a, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais”. Para que isso ocorra, é imperativo co-responsabilidade da família, da comunidade e do Estado para o empenho na obtenção de retornos positivos de caráter transformador.

Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) ampliam a aplicação da medida socioeducativa a obrigatoriedade no que tange à escolarização e à profissionalização, evidenciando-se ações do Estado no compromisso para a efetivação da medida, um pilar constante para o reingresso social.

Ao representar a Unidade de Atendimento de Semiliberdade, as adolescentes em cumprimento de medida evidenciam sua dimensão sociopedagógica, promotora de ações que possibilitam o fomento, a reflexão e a ressignificação do ato infracional realizado, e um desejo de mudança de comportamento: *“na semiliberdade, somos incentivadas a estudar, fazemos cursos. Isso vai ajudar quando sairmos daqui, teremos uma profissão, assim fica mais fácil uma oportunidade de emprego lá fora”*. (Luciana, 2015)

Na perspectiva da reinserção e ressocialização social, o ingresso das adolescentes na UASFG amplia o escopo de oportunidades, tendo em vista que essas fazem cursos profissionalizantes, razão de orgulho por parte delas, levando-as a reconhecer a magnitude de oportunidades no que diz respeito a escolarização, educação e profissionalização na nova vida que se desenha. Tal situação é coerente com os relatos das adolescentes, quando perguntadas sobre a inserção no mercado de trabalho.

Acredito que trabalhando, a gente se ocupa, e consegue se livrar dessa vida bandida. Quando traficava, tirava uns mil reais por dia. A grana era boa, mas eu não estudava, vivia na rua, me arriscava muito. O trabalho vai me dar experiência, dinheiro, e eu não vou precisar tomar o que é dos outros. Acredito que estando aqui na semiliberdade, vai me ajudar a conseguir um emprego. Então as chances vão aumentar, agora mesmo vou começar outro curso pelo SENAC², eu preciso trabalhar. (Estela)

Ressalta-se que a medida socioeducativa não tem sozinha, por melhor estruturada que seja o condão de frutificar mudanças sem a participação das adolescentes. Com isso, torna-se necessária a conscientização por parte das mesmas, a fim de romper a prática de atos infracionais, valorizando as oportunidades de educação, escolarização e capacitação, no intuito de superar as insuficiências de seu percurso de vida.

Destaca-se que a condição especial dada às adolescentes pelo ECA, como pessoas em processo de desenvolvimento, não desconsidera os atos praticados em desacordo com a lei; assim, quando comprovada sua conduta inadequada, a adolescente receberá a imposição das chamadas medidas socioeducativas, meios de proteção com ações orientadas, cuja finalidade é a ressocialização social. (Saraiva, 2009).

Por estas razões a participação do pedagogo social em atividades com as adolescentes relacionadas à rotina diária, bem como as ações disciplinares, têm relevância nos processos de reorganização e compreensão de novos hábitos e conceitos que se fortalecem, ratificando assim os objetivos da Pedagogia Social, dentre vários, o exercício da cidadania e a emancipação do indivíduo.

A semiliberdade é uma medida que possibilita autonomia e responsabilização, bem como os trabalhos realizados na própria unidade de atendimento, quanto àqueles extramuros, a considero bem completa isso é muito positivo. (Servidor)

² Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

Como fator negativo observado durante a realização desta pesquisa, registramos a ausência de acompanhamento das egressas, fator que pode ser significativo, em uma proposta de acompanhamento e monitoramento pós-medida, no intuito de fortalecer e alicerçar a participação e a emancipação dessas adolescentes em fase ainda crítica, por representar exatamente o momento em que retornam plenamente ao convívio familiar e social, muitas vezes marcado pela cultura do crime, conforme relato da única egressa:

Hoje fora do sistema socioeducativo e ainda num distanciamento da droga, diferente de estar sentenciada, vejo o que falta realmente para que o adolescente saia deste universo são projetos sociais, porque lá onde eu moro, a molecada fica solta na rua. A família influencia muito também, esses adolescentes que cometem atos infracionais convivem com o crime dentro de casa, isso é fato. Eu vivi, e luto para combater o crime dentro da minha casa. Essa história se repete em quase todos os casos. (Laura)

Constatou-se que é comum, meses após a liberação de cumprimento a medida, as adolescentes retornarem ao sistema socioeducativo, o que, em nosso entender, não significa ineficiência de trabalho, mas ruptura de processo e acompanhamento sistêmico, que merece, sim, ser considerado.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de prolongamento do trabalho que estava em andamento, no intuito de possibilitar que a adolescente tenha condições de administrar as novas aprendizagens, os impulsos e os apelos desvirtuados os quais ainda possuem gerados pelo mundo real.

Sumarizando a trajetória das socioeducandas após contato com a Unidade de Atendimento, constata-se os efeitos positivos da medida, no que diz respeito ao resgate de projetos de vida e à valorização da educação, da escolarização e da profissionalização, conforme relato:

Resgatei minha perspectiva de vida ao chegar a semiliberdade, hoje digo que possuo sonhos, quero cursar faculdade de Serviço Social, agora tenho esperança. Quando vivia no crime não tinha esperança de nada, você pára de sonhar, hoje me sinto fortalecida. A semiliberdade salvou minha vida, foi aqui que tudo mudou. Tive acesso à saúde, fui a primeira vez ao dentista toda equipe se dedicou a mim. (Laura)

Para finalizar, as adolescentes, são compreendidas como um ser humano total, ou seja, sujeitos completos em desenvolvimento físico, social, relacional e psicológico.

5 CONCLUSÃO

Neste estudo, pretendeu-se investigar as possibilidades de ressocialização e reinserção social pautadas em proposta pedagógica das socioeducandas que se encontram no sistema socioeducativo, cumprindo a medida de semiliberdade no Distrito Federal, consequentemente se as ações institucionais favoreceram o processo de ressignificação de valores destas adolescentes em conflito com a lei, cujo objetivo é a transformação social, uma vez que a proposta adotada pela Unidade de Atendimento está pautada nas práticas freireanas.

Quanto à medida socioeducativa de semiliberdade, do qual o caráter é restritivo de liberdade no paradigma legal, tem concepção de natureza sancionatória em seus preceitos o rigor das normas legais, tanto as de nível nacional quanto internacional, que visam orquestrar os mecanismos institucionais e sociais no processo socioeducativo.

Para além das peculiaridades da medida de semiliberdade, possibilitou-se também, delinear o retrato desse grupo de socioeducandas por meio de prontuários e pareceres sociais referentes à vida particular, escolar e a trajetória no sistema socioeducativo anterior ao ingresso na UASFG. Assim detectou-se: a maioria das adolescentes tem entre 16 e 17 anos e é reincidente no sistema; das quatorze entrevistadas, treze se autodeclararam pretas ou pardas; apresentam defasagem idade/série; todas as socioeducandas foram usuárias de substâncias psicoativas e as relações parentais são fragilizadas, resultado de convívios familiares precários ou inexistentes.

Depreende-se que a UASFG tem respeitado os preceitos dos Direitos Humanos, do ECA e do SINASE. Ressalta-se o comprometimento da família, do Estado, das socioeducandas e da sociedade de maneira global para o eficiente processo de mudança.

Infere-se que o trabalho realizado na UASFG, é constante pilar para o reingresso social, assim considera-se importante articular as práticas de ressocialização e reinserção social, para o contexto sociopedagógico que valorize a autonomia dos indivíduos, considerando os aspectos sociais e a vivência humana.

O papel da educação neste sentido é impulsionar as adolescentes para que possam aparelhar-se na intenção de vencer os desafios e a transformar seu contexto, cabendo aos envolvidos nesse processo educativo a constante reflexão sobre passado, presente e futuro.

6 REFERÊNCIAS

- Almeida, R. O. (2001). *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. (Coleção Antropologia da política; 10). Rio de Janeiro.
- Distrito Federal. Retrato da infância e da adolescência no Distrito Federal. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan, 2012.
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 5 de outubro). Brasília: Senado Federal.
- Freire, P. (1981). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. (5a ed.). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (1986). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Galetti, C. (2016). *Corpo e feminismo: A Marcha das Vadias de Campinas/SP*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil). Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/21011>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), (2011). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>
- Machado, E. M. A Pedagogia Social: Reflexões e diálogos necessários. In: Silva, R., Souza Neto, J. C. de, Moura, R. A. (Orgs.) (2009). *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão e Arte Editora/FAPESP/UNESCO.
- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), (2006). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONANDA. Disponível em http://www.risolidaria.org.br/docs/ficheros/200704270003_15_0.pdf. Recuperado em 14 out. 2007.
- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2006), (CONANDA). Disponível em http://www.risolidaria.org.br/docs/ficheros/200704270003_15_0.pdf
- Neri, M. Côrtes. Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Consultado em 23 agosto de 2016. Disponível em www.ipea.gov.br/portal/index.php?searchword=neri...all...68
- http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_ENCEP2012.pdf
- [http://www.seppir.gov.br/centraldeconteudos/publicacoes/pubpesquisas/dossie-mulheres-negras-retrato-das-condicoes-de-vida-das-mulheres-negras-no-brasil\).](http://www.seppir.gov.br/centraldeconteudos/publicacoes/pubpesquisas/dossie-mulheres-negras-retrato-das-condicoes-de-vida-das-mulheres-negras-no-brasil).)
www.seppir.gov.br/assuntos/dossie_mulheres_negrasipea.pdf
- Bairros, L. Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Consultado em 16 de março de 2016. Disponível em [http://www.seppir.gov.br/centraldeconteudos/publicacoes/pubpesquisas/dossie-mulheres-negras-retrato-das-condicoes-de-vida-das-mulheres-negras-no-brasil\).](http://www.seppir.gov.br/centraldeconteudos/publicacoes/pubpesquisas/dossie-mulheres-negras-retrato-das-condicoes-de-vida-das-mulheres-negras-no-brasil).)

Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude (REGRAS DE BEIJING). Consultado em 15 de setembro de 2015. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex47.htm